



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins_32@terra.com.br

UNIÃO CORTA R\$ 1,2 BILHÃO EM PENSÕES INDEVIDAS – Auditoria detecta pagamentos irregulares na folha da administração direta federal. Até homem recebia benefício para "filha solteira". Nossa comentário: Isso o fim da picada! Sómente agora descobriram?

PLANALTO AMPLIA CONCESSÕES E ADMITE NEGOCIAR AJUSTE FISCAL – Nossa comentário: De concessão em concessão, "a vaca vai para o brejo"...

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TÊM MAIOR QUEDA ENTRE TRINTA PAÍSES – Nossa comentário: A continuar assim, dificilmente qualquer plano de ajuste econômico irá emplacar!

FORTE RETRAÇÃO DE VENDAS NO VAREJO – A maior queda desde 2003.

CRÉDITO BANCÁRIO – Todos os bancos elevaram os juros do cheque especial. Nossa comentário: E olha que o Brasil é um dos países com o maior número de bancos! Só use em caso de extrema necessidade!

CÂMARA FEDERAL PROÍBE AMPLIAÇÃO DE SETORES TERCEIRIZADOS EM EMPRESAS ESTATAIS

– Nossa comentário: Até que enfim uma notícia que parece ser de razoável para boa!

DO MINISTRO DO STF, GILMAR MENDES: "ROUBO ESTÁ NO DNA" – Seguindo ação que barra doação de empresas a políticos, ministro afirma que mudança

não resolve. Nossa comentário: Será que DNA de ladrão não se cura na cadeia?

HSBC PODE DEIXAR O BRASIL, SEGUNDO O "FINANCIAL TIMES" – Nossa comentário: será que nossas contas, aqui de Tatuí, serão transferidas para Londres?

CRISE AUTOMOTIVA – Mercedes demite 500 trabalhadores em fábrica de caminhões no ABC Paulista. Nossa comentário: Que fiquem somente nos 500, são nossos mais sinceros votos!

FINANCIAMENTO BANCÁRIO – Bancos emprestam 9,5 bilhões para uma firma que não apresentou balanço auditado e, segundo informações, deve bilhões de empréstimos em vigor. Além disso, sua principal produção vem, há tempos, perdendo valor de preço no mercado internacional. Nossa comentário: Adivinhem o nome da empresa?

PARECE ATÉ PIADA, MAS ESTÁ NO "ESTADÃO"

– Diretor geral de empresa de aviação turca recomendou a seus pilotos solteiros que se casem rapidamente, lembrando o acidente recente ocorrido nos Alpes. "Achamos que a tragédia aconteceu porque o co-piloto havia terminado com sua namorada!". Nossa comentário: Só faltava esta! Pergunte sempre no guichê da companhia aérea: o piloto é casado?

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana.

COMPANHIA DE TEATRO DO CONSERVATÓRIO ABRE TEMPORADA ARTÍSTICA

Neste sábado (25), às 20h30, e domingo (26), às 19 horas, no Teatro "Procópio Ferreira", a Cia. de Teatro do Conservatório de Tatuí faz a estreia de sua temporada artística, com entrada franca ao público. As duas primeiras apresentações do ano integram o projeto "Do Trágico ao Cômico – Em busca de um Teatro Popular".

Sob a orientação de Carlos Doles e Fernanda Mendes, este projeto norteará pesquisas da Cia. de Teatro, que tem como ponto de partida os dois gêneros mais populares da história do teatro ocidental (tragédia e comédia) e envolve uma série de eventos abertos aos alunos do setor de artes cênicas e interessados na área. "Eles poderão colaborar conosco, trocar ideias, experiências e sensações, até o resultado final, previsto para o próximo mês de outubro", informa Doles.

As apresentações dos dias 25 e 26 dão continuidade a uma leitura dramática e um workshop de dramaturgia co-

ordenado por Débora Brenga, realizados no último dia 1º. Após essas duas atividades, a Cia. de Teatro do Conservatório de Tatuí passou a estudar textos criados no workshop. "Estamos aprofundando a pesquisa com a criação das primeiras cenas-experimentos. Serão de seis a oito cenas, com um ou dois atores em cada. As cenas serão trabalhadas e compartilhadas com o público", explica Doles. Algumas serão apresentadas no dia 25, e outras, no dia 26. Depois das apresentações haverá conversa com o público presente e atores sobre as propostas.

Para Carlos Doles, "o compartilhamento não somente de nossos resultados – espetáculos – mas de nosso processo de criação, poderá colaborar para formação de novos atores, figurinistas, cenógrafos, dramaturgos e também na formação de público, que poderá entender os processos e mecanismos quase artesanais e muito delicados da montagem de um espetáculo".

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Será que alguém ainda crê

no Partido Trambiqueiro?...

E o que quer dizer PT?

- Prenderam o Tesoureiro.

Confiscos, nessa avidez,
já nos deixam quase loucos:
Collor fez de uma só vez,
e Dilma confisca aos poucos.

"Hoje, não vamos benzer",

diz a placa de madeira...

E o motivo, quer saber?

- Deu dengue na benzedeira!

JOAQUIM LEVY E A CPMF

* Marcos Cintra

Cogita-se no Congresso a volta da CPMF, com alíquota de 0,15% para financiar a saúde pública e ajudar no ajuste fiscal. Ela garantiria uma receita de R\$ 30 bilhões. Desde sua criação, a CPMF foi tema de debates acirrados entre os defensores e os críticos da tributação sobre a movimentação financeira, cuja origem foi a proposta do imposto único, que previa a substituição de vários tributos de elevado custo por apenas um. Porém, ela foi criada como um tributo adicional aos já existentes.

Contudo, mesmo tendo sido instituída como mais um tributo, a CPMF foi um importante experimento para a economia brasileira. Revelou-se um tributo de baixo custo, simples e que dificulta a sonegação. A CPMF deixou de existir desde 2008. Mas, vale lembrar que um importante legado em defesa daquele tributo foi deixado pelo atual ministro da Fazenda Joaquim Levy, o que reforça sua possível volta.

Em 17/9/2007 o então secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, publicou no jornal "Valor Econômico" o artigo "CPMF gera menos distorções na economia que outros tributos", afirmando que "a CPMF é hoje um dos tributos que gera menor distorção na economia". O argumento de Levy encontra respaldo em vários trabalhos acadêmicos, inclusive em simulações que produzi para comparar o impacto de um Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) com o de um sistema tributário tradicional, sobre os preços de 110 setores da econo-

mia (vide capítulo 2 do livro "Bank Transactions: Pathway to the Single Tax Ideal"). É um ponto de grande importância, porque rebate o discurso frequente dos críticos dessa forma de tributação.

Outro aspecto do artigo de Levy trata da eficácia administrativa da CPMF em termos de transparência, custo, combate à sonegação e distribuição do ônus fiscal. Segundo o ministro da Fazenda, a CPMF tem qualidades pelo fato de "sua arrecadação ser transparente, verificável e barata, ela alcança agentes que escapam de outros impostos, aumentando a equidade do sistema como um todo".

Não obstante a pertinência dos argumentos esgrimidos a favor da CPMF por Joaquim Levy, sua pura e simples recriação na atual conjuntura seria polêmica, se utilizada apenas como instrumento de elevação da carga tributária. Tributação sobre movimentação financeira não deve ser vista, novamente, apenas como um mecanismo para socorrer as finanças públicas em situação crítica.

Pelo contrário, deve ser introduzida como referência para uma reforma tributária voltada à simplificação da caótica estrutura fiscal do País, ao combate da sonegação, à redução dos custos administrativos das empresas e à melhor distribuição do ônus entre os contribuintes. O tributo deve resgatar a ideia inicial de utilização da movimentação financeira como base para a eliminação dos tributos declaratórios complexos e ineficientes em uso na economia brasileira.

NOTAS

*GAUDENCIO TORQUATO

POR QUE O MOVIMENTO DE DOMINGO RETRASADO FOI MENOR?

BANALIZAÇÃO

Movimentos ganharam periodicidade e se repetem em todo o País. Deixaram de ser surpresa. Incorporaram-se ao cotidiano das pessoas. A banalização dos eventos deflagra a sensação de "coisa já vista". Perdem impacto.

PROXIMIDADE

Menos de um mês entre os dois eventos foi tempo muito curto para motivação de correntes e grupos, atenuando a força da mobilização.

FOCO

O foco do discurso não canalizou os interesses ge-

rais. Corrupção esteve ao lado da saúde como tema de interesse maior dos participantes.

RETRAÇÃO DE DILMA Na mobilização do dia 12, não tivemos a faísca acesa pela presidente Dilma, aquela que ela acendeu no Dia da Mulher, em 8 de março, quando fez longo discurso desenhando a moldura de um país harmônico e feliz.

MARGENS DISTANTES

A equação BO+ BA+CO+ CA começa a desmoronar, mas ainda não tem sido capaz de levar as margens para o centro das cidades. BOIs, BAArriga, Coração, CABeça! Boiso vazio é barriga roncando, coração enfurecido, cabeça revoltada!

TUDO É PERMITIDO, MESMO O PROIBIDO

Entre os diversos títulos que formam a identidade do Brasil, um dos mais conhecidos é: o país da permissividade. Pinco, mais uma vez, o dito jocoso sobre os quatro grandes modelos de sociedade no mundo: o primeiro é o inglês, onde tudo é permitido, com exceção do que é proibido; o segundo é o alemão, onde tudo é proibido, salvo o que for permitido; o terceiro é o totalitário, onde tudo é proibido mesmo o que for permitido; e o quarto é o brasileiro, onde tudo é permitido mesmo o que for proibido.

Não é de estranhar que o País seja considerado o território do descumprimento da lei. Coisa que vem de longe. Desde os idos da colônia e do Império, fomos afetos ao regime de permissividade, apesar da rigidez dos códigos. Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chegou botando banca. Os crimes proliferavam. Avocou a si a imposição da lei, tirando o poder das capitâncias.

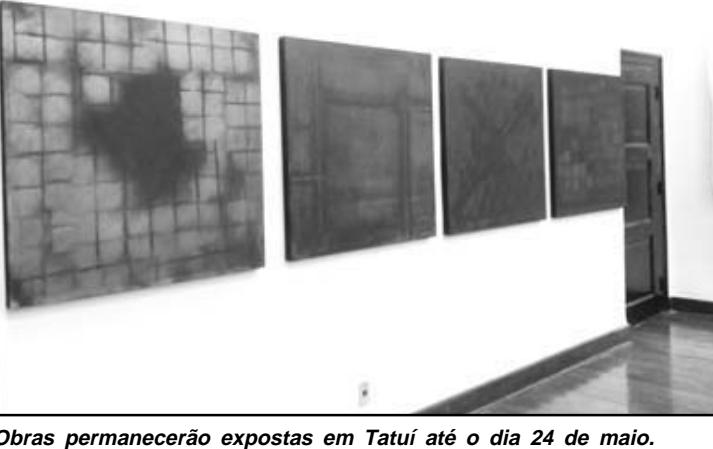
Um índio que assassinara um colono foi amarrado na boca de um canhão. Ordenou o tiro para tupinambás e colonos entrarem nos eixos. Mas em 1553 uma borrhacha foi passada na criminalidade, com exceção dos crimes de heresia, sodomia, traição e moeda falsa. Depois chegaram as Ordemões do Reino (Afonso, Manuelinas e Filipinas), que vigoraram até 1830. De tão severas, a ponto de estabelecerem a pena de morte para a maioria das infrações, espantaram até Frederico, o Grande, da Prússia, que ao ler *Livro das Ordenações*, chegou a indagar: "Há ainda gente viva em Portugal?"

Mas os castigos eram frequentemente perdoados. A regra era impor uma dialética do terror e do perdão para fazer do rei um homem justiciero e bondoso. E assim, entre sustos e panos quentes, o Brasil passou a semear a cultura do faz-de-conta na aplicação das leis. Entramos no terceiro milênio com 3% da população terrestre, 9% dos homicídios cometidos no mundo, 300 mil presos encarcerados, que ocupam 200 mil vagas (defasagem de 100 mil) e 200 mil mandados de prisão a serem cumpridos (faltam vagas). Sob esse tecido costurado com os fios da ilegalidade nasce o poder invisível, cancro das democracias contemporâneas. Esse poder da criminalidade, no que diz respeito ao habitat dos "colarinhos brancos", começa a ser atacado de frente, pelos flancos e pela retaguarda.

Olhemos para as operações policiais e de investigação em curso. Por todos os lados, mais fatos surgem na paisagem da corrupção. Nada mais surpreende. O desfile de figurões algemados - empresários, políticos, tesoureiros de partidos -, se soma ao batismo de operações policiais, com seus simbolismos e nomes que chamam a atenção, como as mais recentes (Lava Jato Zelotes, Origem) ou as mais antigas (Cara de Platão, Terra Prometida, Ressurreição).

As prisões se encaixam na modelagem: "colarinhos-brancos" e anônimos são iguais no tratamento. Como lembra o Procurador Janot, as investigações ainda estão no começo. Mas a impressão é a de que os operadores do direito e justiça pretendem efetivamente "passar o Brasil a limpo".

MUSEU PAULO SETÚBAL RECEBE EXPOSIÇÃO "VIA CRUCIS"



Obras permanecerão expostas em Tatuí até o dia 24 de maio.

No período de 23 de abril a 24 de maio, Tatuí recebe a mostra "Via Crucis", do artista Marco Giannotti, no Museu Histórico Paulo Setúbal. A exposição é realizada pelo Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba (MACS), dentro do projeto "MACS Fora de Casa", que recebe apoio cultural do ProAC, da Secretaria Estadual de Cultura. Estas obras fazem parte do acervo da instituição sorocabana e podem ser visitadas gratuitamente de terça a sexta-feira, das 8h30 às 18 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 9 às 17 horas.

São 14 telas, que mostram os momentos mais importantes da vida de Cristo. Para criar as obras, o artista usou como referência e inspiração a pintura da

Capela do Rosário, em Vence, na França, que evidencia a habilidade do mestre Henri Matisse, com a utilização de cores e luzes. Marco Giannotti acaba de ser eleito embaixador de Relação Internacionais da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Na abertura da exposição em Tatuí, o público teve a oportunidade de assistir uma apresentação do Coral "Professor José dos Santos", com a regência de Cibele Sabioni, e participar de uma conversa com Giannotti. O Museu Paulo Setúbal situa-se na Praça Manoel Guedes, nº 98. Maiores detalhes sobre a exposição e visitação são obtidos através dos fones: (15) 3251-4969 e 3251-6568.

Em 17/9/2007 o então secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, publicou no jornal "Valor Econômico" o artigo "CPMF gera menos distorções na economia que outros tributos", afirmando que "a CPMF é hoje um dos tributos que gera menor distorção na economia". O argumento de Levy encontra respaldo em vários trabalhos acadêmicos, inclusive em simulações que produzi para comparar o impacto de um Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) com o de um sistema tributário tradicional, sobre os preços de 110 setores da econo-

mia (vide capítulo 2 do livro "Bank Transactions: Pathway to the Single Tax Ideal"). É um ponto de grande importância, porque rebate o discurso frequente dos críticos dessa forma de tributação.

Outro aspecto do artigo de Levy trata da eficácia administrativa da CPMF em termos de transparência, custo, combate à sonegação e distribuição do ônus fiscal. Segundo o ministro da Fazenda, a CPMF tem qualidades pelo fato de "sua arrecadação ser transparente, verificável e barata, ela alcança agentes que escapam de outros impostos, aumentando a equidade do sistema como um todo".

Não obstante a pertinência dos argumentos esgrimidos a favor da CPMF por Joaquim Levy, sua pura e simples recriação na atual conjuntura seria polêmica, se utilizada apenas como instrumento de elevação da carga tributária. Tributação sobre movimentação financeira não deve ser vista, novamente, apenas como um mecanismo para socorrer as finanças públicas em situação crítica.

Pelo contrário, deve ser introduzida como referência para uma reforma tributária voltada à simplificação da caótica estrutura fiscal do País, ao combate da sonegação, à redução dos custos administrativos das empresas e à melhor distribuição do ônus entre os contribuintes. O tributo deve resgatar a ideia inicial de utilização da movimentação financeira como base para a eliminação dos tributos declaratórios complexos e ineficientes em uso na economia brasileira.

Em 17/9/2007 o então secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, publicou no jornal "Valor Econômico" o artigo "CPMF gera menos distorções na economia que outros tributos", afirmando que "a CPMF é hoje um dos tributos que gera menor distorção na economia". O argumento de Levy encontra respaldo em vários trabalhos acadêmicos, inclusive em simulações que produzi para comparar o impacto de um Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) com o de um sistema tributário tradicional, sobre os preços de 110 setores da econo-

mia (vide capítulo 2 do livro "Bank Transactions: Pathway to the Single Tax Ideal"). É um ponto de grande importância, porque rebate o discurso frequente dos críticos dessa forma de tributação.

Outro aspecto do artigo de Levy trata da eficácia administrativa da CPMF em termos de transparência, custo, combate à sonegação e distribuição do ônus fiscal. Segundo o ministro da Fazenda, a CPMF tem qualidades pelo fato de "sua arrecadação ser transparente, verificável e barata, ela alcança agentes que escapam de outros impostos, aumentando a equidade do sistema como um todo".

Não obstante a pertinência dos argumentos esgrimidos a favor da CPMF por Joaquim Levy, sua pura e simples recriação na atual conjuntura seria polêmica, se utilizada apenas como instrumento de elevação da carga tributária. Tributação sobre movimentação financeira não deve ser vista, novamente, apenas como um mecanismo para socorrer as finanças públicas em situação crítica.

Pelo contrário, deve ser introduzida como referência para uma reforma tributária voltada à simplificação da caótica estrutura fiscal do País, ao